Nota das Representações Discentes dos Programas de Pós-graduação que contemplam Políticas de Ações Afirmativas

As representações discentes dos Programas de Pós-Graduação em Artes, Ciências Sociais, Política Social, Comunicação e Territorialidade, Artes e Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, vem a público se posicionar sobre a PORTARIA Nº 545, DE 16 DE JUNHO DE 2020, que Revoga a Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016.

Trata-se de um retrocesso na política de ações afirmativas, adotadas a muito custo, pelos programas da universidade. A garantia do acesso a pessoas negras e indígenas no ensino superior, mobilizou e conscientizou a sociedade e o Estado sobre a urgência e a necessidade de se democratizar as instituições de ensino, garantia essa contemplada pelo Supremo Tribunal Federal na lei 12.711/2012.

Entretanto, a pós-graduação permaneceu durante esse processo ausente de políticas afirmativas, uma realidade que se modificava lentamente com a PORTARIA NORMATIVA Nº 13, DE 11 DE MAIO DE 2016, ocasionando 5 programas da UFES a contemplar as ações afirmativas em sua composição discentes, democratizando os programas.

O texto revogado estipulava prazo de 90 dias para as instituições apresentarem propostas de “inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas”. Entretanto, a norma em questão já trazia a ressalva de que seria respeitada a autonomia das universidades, ou seja, não era obrigatória, mas um esforço para induzir as instituições federais a cumprirem a legislação vigente.

O flerte fascista que ronda a atual configuração do Governo Federal somado à plataforma neoliberal que dilacera o funcionalismo público e o progressismo social têm sido norma nas decisões controversas do Ministério da Educação. No apagar das luzes de uma gestão desastrosa, o ministro Weintraub que verdadeiramente nada fez para contribuir com a educação pública, gratuita e de qualidade reafirma mais uma vez seu total desprezo pela autonomia universitária e pela população negra e indígena.

Nesse sentido, a medida adotada pelo MEC é uma sinalização explícita do compromisso da atual gestão em combater as políticas de cotas na graduação e pós-graduação, que visam ampliar o acesso e permanência de grupos sociais que são excluídos dos espaços ainda muito elitizados, como UF's e IF's. Entendemos, portanto, tratar-se de um gesto autoritário, racista, deste governo que reafirma o desprezo com a população negra e indígena, e capacitista, que dificulta ainda mais o acesso de pessoas com deficiência à pós-graduação.

Reafirmamos, nosso compromisso com as políticas de ações afirmativas, na pós-graduação e na graduação. Entendemos que tal política é necessária para se democratizar o espaço universitário e as produções de saber. Enquanto discentes, nos comprometemos a ampliar a discussão e acima de tudo, lutar pela manutenção de nossos programas com as cotas raciais e construir junto aos demais programas, também uma política de acesso aos corpos historicamente excluídos.

#AutonomiaUniversitaria #CotasJá #ContraoFacismo

Karolline de Oliveira Lourenço – Programa de Pós Graduação em Artes (PPGA)
Mariah Friedrich Dadalto – Pós Graduação em Comunicação e Territorialidades (Póscom)
Bernardo Bragato – Programa de Pós-Graduação em Política Sociais (PPGPS)
João Victor Penha dos Santos – Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS)
Joyce Mazzoco do Nascimento – Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS)
Rodrigo Paris Gasparini – Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS)
Tânia Maria Silveira - Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS)
Matheus Soave de Almeida – Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI)